CHILE

Boric inicia virada à esquerda

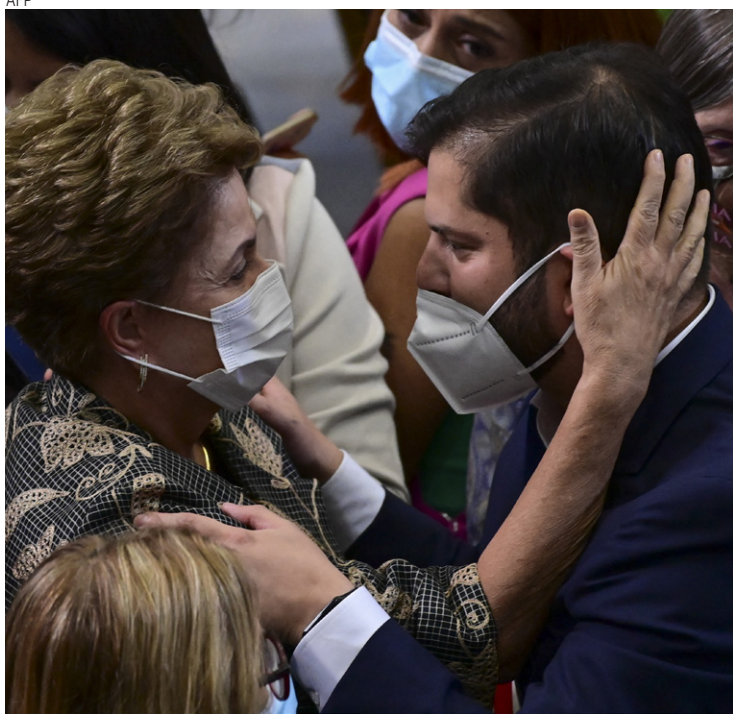
Presidente mais jovem da história chilena assume o cargo com discurso mais moderado e enormes desafios a enfrentar. Sem maioria estável no Congresso, o político montou um ministério progressista, plural e majoritariamente feminino

AFP



Gabriel Boric acena para os chilenos com a promessa de substituir políticas conservadoras

AFP



A ex-presidente Dilma Rousseff cumprimenta o novo mandatário

O mais jovem presidente eleito na história do Chile, Gabriel Boric, 35 anos, tomou posse, ontem, cercado de muita expectativa em relação aos novos rumos do país. Com maioria feminina nos principais cargos de comando — dos 24 ministérios, 14 serão chefiados por mulheres —, Boric enfrenta, a partir de hoje, o desafio de adequar o Chile a uma nova realidade constitucional e dar vazão às pressões da sociedade civil por uma revisão das políticas públicas voltadas ao atendimento da população, que empobreceu muito nos últimos anos. Uma das principais demandas é a mudança do modelo de aposentadoria que vigora no país.

Contendo a emoção na voz, o novo presidente chileno expressou um "grande senso de responsabilidade e dever com o povo". O político de esquerda chega ao poder com uma retórica feminista, ecologista, de códigos moderados, em um país que busca um novo pacto social.

"Faremos o possível diante dos desafios que enfrentamos como país", disse, em discurso, visivelmente emocionado, na conclusão da cerimônia de posse no Congresso do Chile, em Valparaíso, a 120km de Santiago.

Boric voltou à casa presidencial, em Cerro Castillo, de frente para o mar do Pacífico, onde a diplomata da Ilha de Páscoa, Manahi Pakarati, recebeu como diretora de Protocolo cada convidado do novo mandatário: os presidentes do Uruguai, Luis Lacalle Pou; da Argentina, Alberto Fernández; do Peru, Pedro Castillo; Rei Felipe VI da Espanha; Luis Arce, da Bolívia; e a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, além do candidato colombiano Gustavo Petro.

O governo brasileiro foi representado apenas na solenidade de posse, no Congresso, pelo vice-presidente Hamilton Mourão.

Boric tornou-se o presidente mais jovem do país, em um dos momentos mais desafiadores desde o fim da ditadura de 17 anos de Augusto Pinochet, em 1990.

O ex-líder estudantil se emocionou, contendo as lágrimas, ao receber a faixa presidencial de Piñera, empresário milionário de 72 anos, que encerra o segundo mandato (de 2010 a 2014, e de 2018 a 2022) como parte de um ciclo político que trouxe progresso graças a um modelo neoliberal, mas, também, uma grande lacuna na desigualdade social que motivou a onda de protestos em outubro de 2019.

Após a cerimônia, os ministros prestaram juramento perante o presidente Boric, começando por Izkia Siches, médica de 35 anos, a primeira mulher a assumir a pasta do Interior.

Antineoliberal

Boric pretende iniciar uma trajetória para um Estado de bem-estar ao estilo da social-democracia europeia, para transformar o Chile neoliberal, em que 1% da população detém 26% da riqueza do país.

"Este é um governo que chega ao poder em um clima político muito fragmentado, que não tem maioria parlamentar e, portanto, não tem a possibilidade de fazer reformas muito radicais no curto prazo", estima Claudia Heiss, acadêmica de Ciência Política da Universidade do Chile.

No entanto, "há esse otimismo que vem do processo constituinte e um impulso de superação do neoliberalismo, que é visto com menos medo até mesmo por setores conservadores, porque há uma espécie de sentimento antineoliberal no mundo", avaliou ela.

O esquerdista assume o cargo em meio a uma crise de credibilidade na política, um corte de 22,5% nos gastos públicos, previsão de desaceleração da economia para este ano, grande migração irregular e um histórico conflito fundiário não resolvido entre o Estado e o povo mapuche.

Outro desafio será angariar apoio para o processo constitucional, que, neste ano, deve convocar um plebiscito para aprovar ou rejeitar uma nova Constituição que substitua a atual Carta Magna, herdada da ditadura de Augusto Pinochet.

Boric governará sem maiorias definidas no Senado e na Câmara dos Deputados. A coalizão considerada oficial do futuro governo de Boric, Apruebo Dignidad (Frente Ampla e Partido Comunista), somou 37 deputados, e a coalizão de esquerda Nueva Pacto Social (antiga Concertación) outros 37. A direita, agora na oposição, terá 53 cadeiras. No Senado, que renovou 27 das 50 cadeiras, a divisão está em meio a meio.

De barbudo radical a líder social-democrata

Solteiro, sem filhos, está em um relacionamento de quase três anos com a cientista política Irina Karamanos. Leitor compulsivo, fã de poesia no país de Gabriela Mistral e Pablo Neruda, não hesita em defender a estrela pop mundial Taylor Swift em suas redes sociais, ou falar do futuro do planeta e da justiça social com o ex-presidente uruguaio José "Pepe" Mujica. Esse é Gabriel Boric, o jovem esquerdista que assume o comando do Chile.

"Se o Chile foi o berço do neoliberalismo na América Latina, também será sua tumba", disse ele em julho quando proclamado candidato presidencial. Desde então, seu discurso foi atenuado.

Ex-líder estudantil, Boric se distanciou dos líderes da esquerda latino-americana e dos governos bolivarianos. "A Venezuela é uma experiência que fracassou e a principal manifestação são os seis milhões de venezuelanos na diáspora", comentou em janeiro.

Também repudiou a invasão russa da Ucrânia e a repressão a opositores na Nicarágua.

Novo visual

Agora, Boric vai liderar uma nação que redige sua nova Constituição em uma Convenção Constituinte, criada após os protestos sociais de outubro de 2019. Também terá que lidar com a crise econômica derivada das restrições sanitárias de combate à pandemia do coronavírus.

Boric não tem medo de mudar de direção. Durante os quase sete meses de campanha, ele foi de um discurso de menino rebelde que liderou os protestos estudantis de 2011 exigindo "educação pública, gratuita e de qualidade" para o de um social-democrata.

Sua transformação política anda de mãos dadas com a mudança de aparência. Pouco resta do jovem barbudo e despenteado que chefiou a Federação dos Estudantes da Universidade do Chile (FECH) e que, em 2014, aos 27 anos, assumiu seu primeiro mandato como deputado. Hoje ele usa paletó e camisa, cabelo mais curto, barba bem cuidada e óculos.

Boric nasceu na cidade austral Punta Arenas em uma família de classe média de bisavós croatas e catalães. Na campanha eleitoral, pediu que "a esperança vença o medo" diante das críticas que o classificam como "extremista" por sua aliança com os comunistas.

O novo presidente vai morar em uma mansão no centro de Santiago, no Yungay, bairro com passado glorioso e presente enferrujado. "É um bairro popular, tem gente que se dedica a tatuar, gente que se dedica à música, gente que vende na rua, tem estrangeiros, chilenos, venezuelanos, colombianos, ou seja, vivem a realidade do país hoje", diz Felipe Fuentes, vendedor ambulante que será vizinho do presidente e, por isso, se diz "ansioso e animado".

A casa de 500m² que Boric vai ocupar com a namorada, Irina, foi um albergue, um centro médico e uma pizzaria, cuja placa na fachada nenhum vizinho parece disposto a tirar: "Sensato".

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Algo no ar além de aviões de caça

Sem sinais à vista de uma solução para o conflito na Ucrânia, é a movimentação dos diferentes atores, no palco ou atrás das cortinas, que permite entrever alguns dos desdobramentos possíveis da guerra, seja qual for o desfecho das ações militares. Um aspecto em particular — o das operações aéreas — parece expor os limites da solidariedade ocidental com o governo de Kiev, assim como a atenção das grandes potências para os riscos de um conflito direto com a Rússia, detentora de arsenal nuclear ao qual apenas o dos EUA pode ser equiparado.

Foi especialmente significativa a mudança de tom de alguns governos que, no momento inicial, se mostraram dispostos a fornecer ao governo ucraniano armamento e recursos para que resista à invasão russa. Nos últimos dias, a Alemanha recusou uma oferta da Polônia para transferir seus caças MiG, de fabricação russo-soviética, para a base aérea americana de Ramstein, em território alemão, de onde poderiam ser enviados à Ucrânia. Também Washington pisou no freio na questão essencial do reforço aéreo pedido insistentemente pelo presidente Volodymyr Zelensky.

Nas principais capitais do bloco ocidental, firmou-se um consenso segundo o qual "o céu é o limite" no envolvimento com a guerra. Ele se expressa, igualmente, na recusa taxativa a impor na Ucrânia uma zona de exclusão aérea — o que implica impedir que a aviação russa exerça a supremacia que tratou de assegurar desde os primeiros movimentos da invasão. Para se contrapor a ela, a Otan teria de confrontar diretamente não apenas os caças russos, mas também os sistemas de radares e defesa antiaérea.

Fila de espera

Tão sintomática quanto a reticência da Otan para se contrapor efetivamente à supremacia aérea da Rússia foi a resposta da União Europeia ao pedido de Zelensky para que a Ucrânia fosse aceita imediatamente no bloco. Reunidos em Versailles, na França, sede do tratado que pôs fim à 1ª Guerra Mundial — a um preço arrasador para a Alemanha —, os chefes de governo da UE reafirmaram que o ingresso da Ucrânia seguirá a tramitação normal, sem pular etapas.

Por trás da decisão, como de costume, está a costura feita nos bastidores pelos líderes das duas potências que pilotam a locomotiva europeia. Por razões ligeiramente distintas, ambas de ordem doméstica, o chanceler da Alemanha e o presidente da França compartilham o interesse em agir na Ucrânia como bombeiros. O ingresso na UE está na origem da instabilidade política que irrompeu na virada de 2013 para 2014 e precipitou a guerra na fronteira leste — entre o governo de Kiev e separatistas alinhados com a Rússia de Vladimir Putin.

Corda-bamba

Não por acaso, Olaf Scholz se desdobrou, na semana que termina, em longos telefonemas para o Kremlin. No calor das reações iniciais à invasão russa, o chefe de governo pôs em marcha a mudança de rumo mais profunda na diplomacia de Berlim desde o fim da 2ª Guerra, em 1945: pela primeira vez, armas alemãs serão enviadas a uma região de conflito. A manobra teve o auxílio luxuoso dos Verdes, ecopacifistas por origem refratários à Otan, mas hoje a segunda força na coalizão liderada pela social-democracia — representada no Ministério das Relações Exteriores pela dirigente Annalena Baerbock.

Scholz, agora, estuda a conta a pagar pelo alinhamento às sanções contra a Rússia, comandadas da Casa Branca por Joe Biden. A economia da Europa, e da Alemanha em particular, depende da importação de gás natural russo. Duas semanas de guerra começam a fazer impacto nos preços dos combustíveis, e qualquer perspectiva real e prática de substituir o fornecedor passará sem desvios pela alta dos custos.

Olho na urna

A França também trata de absorver as ondas de choque inflacionárias do tira-teima com Putin, mas o olhar de Emmanuel Macron tem um horizonte mais imediato que o do parceiro alemão. Em maio, o presidente disputa nas urnas um segundo mandato no Palácio do Eliseu.

Para ele, a maratona de telediplomacia com o Kremlin atende também a um cálculo político. Macron, que até aqui afinou o tom do discurso com Scholz, aposta a reeleição na chance de despontar como artífice de um acordo que possibilite ao menos viabilizar um cessar-fogo. Terá pela frente uma extrema-direita que, até aqui, se manifestou simpática ao Kremlin e avessa a Washington e à Otan.

Corre por fora

Nas entrelinhas das histórias diárias de sofrimento humano nas cidades bombardeadas e na romaria dos refugiados à procura de uma segurança mínima, o equilíbrio de forças no cenário global passa por uma redefinição. Não apenas os movimentos diplomáticos ostensivos deixam a sua marca, mas também a ação discreta de quem opta por manter-se à maior distância possível da linha de frente.

Na China, enquanto o presidente Xi Jinping e o chanceler Wang Yi manobram no sistema multilateral — leia-se ONU — na linha da "turma do deixa-disso", a área econômica do governo estuda a possibilidade de ocupar o vácuo deixado na Rússia pela saída de numerosos e importantes conglomerados ocidentais.

Entre outros alvos considerados, a compra da participação acionária alienada na gigante Gazprom e em outras empresas do estratégico setor energético. O extenso acordo de parceria firmado por Xi com Putin em Pequim, na abertura da Olimpíada de Inverno, prevê o fornecimento de gás russo por décadas — para garantir a arrancada da China rumo ao alto do pódium da economia mundial.

Na surdina

Em tempo: andou também por Moscou, sem chamar a atenção, o atual CEO da Gazprom, o ex-chanceler alemão Gerhard Schröder. Correligionário de Scholz no Partido Social Democrata (SPD), Schröder chefiava o governo quando foi negociada a construção do sistema de gasodutos Nordstream, e hoje preside também o consórcio que toca o projeto — cuja finalidade é transportar o gás sem passar por território ucraniano.